



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO : **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO**  
PROCESSO : **0288845-9/01**  
COMARCA : **VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAIRÉ/PE**  
EMBARGANTE(S) : **ROBERTO LINS DE OLIVEIRA E OUTROS**  
EMBARGADO(S) : **JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO, SUZANA MARIA MOURA LINDOSO, CIPRIANO MARCELO DE LUCAS SIMON E ANGELINA ALVAREZ DE LUCAS SIMON**  
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NOS PRECISOS MOLDES DO ART. 535 DO ESTATUTO DE RITO, SÓ É CABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NA HIPÓTESE DE TER OCORRIDO OMISSÃO A PONTO OU QUESTÃO SOBRE A QUAL DEVERIA SE PRONUNCIAR O JULGADOR, E, OU, EVENTUAIS ESCLARECIMENTOS QUANTO À OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÕES CONTIDAS NO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL, POSSIBILITANDO, AINDA, EM CARÁTER EXCEPCIONALÍSSIMO, EMPRESTAR EFEITO INFRINGENTE AO JULGADO, NA HIPÓTESE DE MANIFESTO ERRO MATERIAL OU DE MANIFESTA NULIDADE DO ACÓRDÃO, QUANDO EXISTENTE OUTRO RECURSO CABÍVEL À ESPÉCIE - INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - MANEJAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM O FITO DE REEXAMINAR A MATÉRIA – CONHECEU-SE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA REJEITÁ-LOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** nº 288845-9/01, interposto pelo **ROBERTO LINS DE OLIVEIRA E OUTROS** contra **JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO E OUTROS**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, de conhecer dos Embargos de Declaração, para **REJEITÁ-LOS**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 18 de de 2013.

  
Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator

51  
C



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO  
PROCESSO : 0288845-9/01  
COMARCA : VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAIRÉ/PE  
EMBARGANTE(S) : ROBERTO LINS DE OLIVEIRA E OUTROS  
EMBARGADO(S) : JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO, SUZANA MARIA MOURA  
LINDOSO, CIPRIANO MARCELO DE LUCAS SIMON E ANGELINA  
ALVAREZ DE LUCAS SIMON  
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

RELATÓRIO

**ROBERTO LINS DE OLIVEIRA E OUTROS,** todos já devidamente qualificados nos autos, por seus advogados legalmente habilitados, ingressaram com os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando o acórdão proferido por este órgão fracionário do TJ/PE, que nos autos do Recurso de Agravo nº 288845-9/01, entendeu, à unanimidade de votos, de negar provimento ao mencionado agravo, para manter na íntegra decisão terminativa de minha lavra, na qual entendi por negar seguimento ao Recurso de Apelação Cível nº 288845-9, por eles manejado, o qual desafiava sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Sairé/PE.

Para melhor compreensão da questão, destaco que os ora Agravantes ingressaram com Ação Ordinária de Nulidade de Negócio Jurídico por Simulação e Bloqueio de Bens com pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela, alegando, em síntese, que os ora Agravados teriam realizado negócios jurídicos de compra e venda de imóveis, no dia 18 de dezembro de 2002, negócios esses contaminados pelo vício da simulação.

62  
c

O MM. Juiz "a quo" ao examinar a ação, entendeu por julgar extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro nos arts. 147, II, e art. 178, § 9º, V, b, ambos do Código Civil de 1916; arts. 219, § 5º e art. 2.035, ambos do Código Civil de 2002 e art. 219, § 5º do CPC; condenando os Apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios no importe de 10% sob o valor atribuído à causa, na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50, por entender prescrita a pretensão autoral.

Como disse anteriormente, ao apreciar o Recurso de Apelação Cível que foi interposto pelos ora Embargantes, neguei seguimento ao apelo, dado o meu entendimento de que o direito postulado pelos recorrentes se encontrava maculado pelo instituto da prescrição

Inconformados, ainda, com os termos do acórdão, alegam os Embargantes que a decisão fora omissa, uma vez que não fora examinada questão atinente à observância do art. 2035 do Código Civil Brasileiro, porquanto o negócio jurídico questionado foi feito às vésperas da vigência do Novo Código Civil, devendo, portanto, prevalecer o interesse público de correção e veracidade nas relações negociais.

Requeru, então, que fossem conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, devendo ser emprestado efeito modificativo, de modo que a apelação cível seja processada e julgada.

É o relatório.

Recife, 18/4/13

  
Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO  
PROCESSO : 0288845-9/01  
COMARCA : VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAIRÉ/PE  
EMBARGANTE(S) : ROBERTO LINS DE OLIVEIRA E OUTROS  
EMBARGADO(S) : JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO, SUZANA MARIA MOURA  
LINDOSO, CIPRIANO MARCELO DE LUCAS SIMON E ANGELINA  
ALVAREZ DE LUCAS SIMON  
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**VOTO DO RELATOR**

O manejo dos competentes Embargos de Declaração, nos precisos moldes do art. 535 do Estatuto de Rito, têm por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, após revisar os termos da decisão combatida, entendo que não há que se falar em omissão, quando do julgamento do referido Recurso de Agravo, sobretudo quando as questões suscitadas no mencionado recurso foram devidamente apreciadas.

Para que não parem dúvidas a esse respeito, passo a transcrever trecho de meu voto, senão vejamos :

54  
C

"..No que diz respeito à questão da prescrição, expõem os Apelantes que, em se tratando de simulação de compra e venda de imóveis ocorrida em 18/12/2002 [Fls. 05], deve ser aplicado ao presente caso o parágrafo único, do art. 2.035, do Código Civil, in verbis: "Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos".

A Constituição da República assim define a função social da propriedade, em seu art. 182, § 2º, nestes termos: "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor".

Investigando os fatos descritos na inicial, constata-se que a causa de pedir dos Apelantes repousa unicamente na suposta "... simulação de negócio jurídico de compra e venda ..." [Fls. 06].

Por conseguinte, não ventilado na inicial qualquer fato relacionado ao desatendimento dos imóveis relativamente às exigências fundamentais de ordenação da cidade; a sua utilização; ao seu adequado aproveitamento ou a preceitos de ordem pública; impossível aplicar o parágrafo único, do art. 2.035, do Código Civil, ao provimento pleiteado.

Então, movida a citada ação no ano de 2011, correto o entendimento do D. Juízo sentenciante quanto à ocorrência do instituto da prescrição, consoante arts. 219, § 5º; 2.028; 2.035 e 178; todos do Código Civil, e o seguinte entendimento jurisprudencial deste Egrégio Tribunal de Justiça:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO ORDINÁRIA PARA ANULAR CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL CUMULADA COM PERDAS E DANOS - EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - ART. 269, INCISO IV DO CPC - INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DA PARTE AUTORA - APELO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

55  
c

Hipótese de decadência. A parte decai do direito de pleitear a anulação daquele tipo de contrato em quatro anos se o instrumento não estabelecer menor prazo. Art. 178, inc. II, do Código Civil de 2002. Conforme demonstrado nos autos, a possível simulação contratual ocorreu em janeiro de 1998 e a ação ordinária só veio a ser ajuizada em julho de 2003. Prescrição. Unanimemente, negou-se provimento ao recurso de apelação. ( TJ/PE - 6ª Câmara Cível - Ap. Cível nº 143.391-2 - Rel. Des. Antônio Fernando Martins - j. 11.09.2007 ).

Demonstrado que a pretensão dos Apelantes confronta jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e do Superior Tribunal de Justiça, o art. 557 do Código de Processo Civil permite que o Relator negue seguimento ao recurso.

Feitas essas considerações e com base no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente Recurso de Apelação Cível interposto por ROBERTO LINS DE OLIVEIRA, ROBERTO BELÉM LINS DE OLIVEIRA e ROGÉRIO GOUVEIA BELÉM LINS DE OLIVEIRA, mantendo incólume a sentença atacada."

Na hipótese, os embargos não buscaram elidir qualquer omissão, contradição ou obscuridade, mas apenas revisitar e prequestionar a matéria, que foi objeto de enfrentamento direto pelo julgado vergastado, o qual, sabidamente, não incorreu em qualquer erro material ou sequer de forma.

Ante o exposto, **rejeito** os Embargos de Declaração interpostos contra o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo, para manter incólume a decisão combatida.

É como voto.

Recife

18/4/13  
  
Des. Sílvia de Arruda Beltrão  
Relator